



A FORMA-MERCADORIA E O MÉTODO DIALÉTICO
sobre a estrutura de exposição de Marx no capítulo 1 de *O Capital*¹

THE COMMODITY-FORM AND THE DIALECTICAL METHOD
on the structure of Marx's exposition in chapter 1 of *Capital*

Por

Guido Starosta²

[Tradução de Pedro Carmona Ribeiro³]

[Revisão técnica Rafael Padial⁴]

RESUMO

Uma leitura crítica e metodologicamente orientada do argumento de Marx sobre as determinações da forma-valor do produto do trabalho no primeiro capítulo de *O Capital* contribui para a crescente literatura sobre a estrutura dialética da crítica de Marx à economia política, trazendo à tona aspectos frequentemente negligenciados de seu argumento. Em primeiro lugar, é traçada uma distinção crucial entre os respectivos papéis dos momentos de análise e síntese na investigação dialética e como eles se refletem na exposição ou apresentação dialética. Em segundo lugar, a forma específica do processo analítico no método dialético é tematizada. O artigo rastreia as implicações de todos esses aspectos metodológicos para uma compreensão adequada da estrutura da discussão de Marx sobre o trabalho abstrato como substância do valor nas páginas iniciais de *O Capital*.

PALAVRAS-CHAVE: Forma-Mercadoria. Método Dialético. Capital. Marx.

ABSTRACT

A methodologically-minded critical reading of Marx's argument about the determinations of the value-form of the product of labor in the first chapter of *Capital* contributes to the growing literature on the dialectical structure of Marx's critique of political economy by bringing out

¹ Tradução do inglês. Para os trechos em que Starosta cita *O capital* de Marx, valemo-nos da conhecida tradução brasileira de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, publicada pela Editora Nova Cultural (1996). Para o trecho em que Starosta cita o Manuscrito de 1861-63, valemo-nos da tradução de Leonardo de Deus (MARX, K., *Para a Crítica da Economia Política, Manuscrito de 1861-1863 | Cadernos I a V. Terceiro Capítulo – O capital em geral*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010. Para os trechos em que são citados os chamados *Grundrisse*, valemo-nos da tradução de Mario Duayer e Nêlio Schneider (MARX, Karl. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011). Além disso, reproduzindo as escolhas terminológicas de G. Starosta, neste artigo traduziremos sempre o inglês *presentation* por "apresentação" e *exposition* por "exposição".

² Gostaria de agradecer a Simon Clarke, Juan Iñigo Carrera, Nicolás Grinberg e Axel Kicillof por seus úteis comentários sobre os primeiros esboços deste artigo. A ressalva usual se aplica.

³ Graduando em História pela Universidade de São Paulo. E-mail: pedrocr@usp.br.

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3498561421346877>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5943-5613>.

⁴ Doutorando em Filosofia pelo IFCH-UNICAMP. E-mail:

CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3759104161090969>.

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5943-5613>.

often-overlooked aspects of his argument. First, there is a crucial distinction between the respective roles of the stages of analysis and synthesis in the dialectical inquiry and the way in which these are reflected in the dialectical presentation. Second, the specific form of the analytical process in the dialectical method is thematized. The paper then draws the implications of all these methodological aspects for an adequate comprehension of the structure of Marx's discussion of abstract labor as the substance of value in the initial pages of *Capital*.

KEYWORDS: Commodity-form. Dialectical Method. Capital. Marx.

NO PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO de *O Capital*, Marx deixa claro que estava bem ciente da complexidade inerente aos primeiros passos da crítica à economia política (Marx, 1976a, p. 89). De fato, os intermináveis debates sobre o verdadeiro significado e implicações de sua discussão sobre a forma-mercadoria parecem sugerir que, na melhor das hipóteses, o aviso de Marx subestimava as reais dificuldades. Por outro lado, seja isso explicitamente reconhecido ou não, é inegável que as diversas leituras da crítica de Marx à economia política acarretam diferentes implicações políticas (Dimoulis e Milios, 2004). Ainda que uma abordagem aprofundada da questão exceda o escopo deste artigo, deve-se notar, pelo menos, que a investigação de tais miudezas nas quais as determinações da forma-mercadoria parecem “perder-se” (Marx, 1976a, p. 90) é de suma importância para uma ação política informada pela crítica da economia política⁵. Isso é demonstrado não apenas pela insistência de Marx na impossibilidade de se compreender corretamente as determinações das formas sociais mais abstratas da sociedade capitalista a partir da ciência da economia política burguesa (Marx, 1976a, p. 174), mas também pelo papel central que tais determinações cumpriram na crítica de Marx às representações de tais formas sociais no interior do próprio movimento operário, a exemplo do socialismo proudhoniano⁶.

⁵ Como argumentei em outro artigo (cf. Starosta, 2003), a elaboração da conexão entre a forma dialética específica do método científico de Marx e seu conteúdo revolucionário talvez seja a contribuição mais importante de *História e Consciência de Classe*, de Lukács. Uma discussão sobre as implicações políticas fundamentais das determinações mais abstratas do capital pode ser encontrada em Starosta (2005).

⁶ Conferir Clarke (1994) e Shortall (1994), para boas reconstruções da crítica de Marx ao socialismo proudhoniano, baseada no mal-entendido de Proudhon sobre a natureza da mercadoria e das formas-dinheiro. Assim, a essência da crítica de Marx à proposta de Gray de preservar a produção privada de mercadorias, substituindo a forma-dinheiro por certificados de tempo de trabalho emitidos por um banco nacional, resume-se à incapacidade deste último de compreender a necessidade imanente de o valor das mercadorias assumir a forma autônoma de dinheiro (Elson, 1979, pp. 135-136). Da mesma forma, nos *Grundrisse*, Marx ridiculariza a proposta de Darimon de abolir o privilégio do dinheiro (o de ser diretamente permutável por todas as mercadorias), “decretando” a permutabilidade direta de todas as mercadorias (Marx, 1993, p. 114). Em todos esses casos, o fio condutor da crítica de Marx está na incapacidade desses autores de compreender a conexão interna necessária entre a forma-mercadoria e a forma-dinheiro. Essa incompreensão, por sua vez, é sustentada por uma lacuna metodológica. Como argumento abaixo, as teorias baseadas na lógica formal só podem compreender as formas sociais como

Seja como for, o ponto central a ser discutido neste artigo é que a diversidade de maneiras segundo as quais os seguidores de Marx leram a reprodução ideal [*ideal reproduction*] das determinações da forma-mercadoria, conforme *O Capital*, está intimamente ligada às diversas perspectivas metodológicas a partir das quais esses autores tentaram entender a obra. Em outras palavras, essas diferentes interpretações do conteúdo efetivo das primeiras seções de *O Capital* expressam diferentes entendimentos sobre a própria forma de conhecimento científico que o livro desdobra.

A necessidade de reconsiderar a apresentação da forma-mercadoria por Marx no Capítulo 1 de *O Capital* por meio de uma reavaliação de seu método dialético (especialmente no que diz respeito à sua conexão com a *Ciência da Lógica* de Hegel) tem sido amplamente reconhecida por um número crescente de estudiosos. De fato, os últimos 10 ou 15 anos testemunharam um interesse renovado no método dialético de Marx e suas implicações para a teoria do valor (conferir, entre outros, Albritton e Simoulidis, 2003; Arthur, 2002; Moseley, 1993; Moseley e Campbell, 1997; Murray, 1988; Smith, 1990). No entanto, apesar de terem em grande medida esclarecido a forma do argumento de Marx, parece-me que esses trabalhos se concentraram principalmente nos aspectos sintéticos da apresentação dialética de Marx (isto é, na exposição do movimento dialético do “abstrato ao concreto”). Nesse sentido, pode-se argumentar que tal literatura ignorou outros dois aspectos fundamentais do método dialético do autor. Primeiro, esses trabalhos não tematizaram suficientemente o papel peculiar do momento analítico na investigação dialética de Marx como um todo, e particularmente em sua apresentação. Segundo, não prestaram suficiente atenção à forma específica que o processo analítico assume no interior do pensamento dialético⁷. Minha contribuição, portanto, busca preencher essas lacunas na literatura⁸.

entidades auto-subsistentes ou afirmações imediatas, e não enquanto modo de existência (que nega a si mesmo) de uma forma social mais abstrata (isto é, enquanto movimento da contradição). Consequentemente, essas teorias são obrigadas a representar as conexões internas necessárias às formas sociais como meramente externas.

⁷ A distinção entre análise (no sentido de dissecação do “todo” em “partes” ou de “identificação de diferenças”) e síntese (no sentido de reconstituição da “unidade” do todo) não é peculiar à dialética. Como argumento abaixo, o que diferencia esta última das metodologias lógico-formais é a forma específica que os processos analíticos e sintéticos assumem no pensamento dialético. Zelený (1980, cap. 10) fornece uma discussão concisa dos diferentes significados da análise e da síntese na ciência e na filosofia, remontando também à sua linhagem intelectual.

⁸ Esses outros aspectos não estiveram inteiramente ausentes da literatura. No entanto, eles surgiram no debate com os “novos dialéticos” muito recentemente (Murray, 2002; Reuten, 2000). Veja Brown, *et al.*, 2002, para uma discussão sobre algumas dessas questões através de uma comparação entre realismo crítico e dialética sistemática. Além disso, é nossa opinião que, em comparação com o esclarecimento dos aspectos sintéticos do método de apresentação de Marx, a natureza da relação entre análise e síntese na

Assim, o principal objetivo deste artigo é fornecer uma leitura crítica e metodologicamente fundamentada do argumento de Marx sobre as determinações da forma-valor do produto do trabalho no primeiro capítulo de *O Capital*⁹. Com base nesta leitura, também tentarei demonstrar que muitas das confusões e mal-entendidos de seguidores e críticos surgem de uma compreensão inadequada da estrutura dialética da exposição de Marx.

1 ANÁLISE, SÍNTESE E O MÉTODO DIALÉTICO: CONTROVÉRSIAS

Em *O Capital*, Marx põe em movimento as descobertas metodológicas que lhe permitiram ir além das limitações de suas primeiras teorias sobre o trabalho alienado e sua superação. Em contradistinção [*contradistinction*] com os *Manuscritos de Paris*, e como ele afirma claramente nas *Glosas Marginais ao Manual de Economia Política de Adolph Wagner*, Marx não toma como ponto de partida os conceitos de economia política ou qualquer outro conceito (Marx, 1975, p. 198), para assim descobrir o trabalho alienado enquanto pressuposto. Como denota o título de sua obra mais importante, o sujeito cujas determinações a investigação dialética intenta descobrir e apresentar é o capital, que, como sujeito alienado da vida social, torna-se “a potência econômica da sociedade burguesa que tudo domina” e deve, portanto, “constituir tanto o ponto de partida quanto o ponto de chegada” da reprodução ideal do concreto (Marx, 2011, p. 87). Nesse sentido, a exposição de Marx em *O Capital* não avança em direção à descoberta da alienação, mas parte do que o estágio analítico da investigação dialética revelou como sua forma mais abstrata e geral (Iñigo Carrera, 2003, p. 286; Meikle, 1985, pp. 71-72)¹⁰. Ele começa com a observação imediata do *concretum* mais simples no qual se expressa a alienação do trabalho, a fim de desenvolver as reais determinações específicas dessa forma social (Marx, 1975, p. 198). Como já foi amplamente reconhecido, esse ponto de partida não é uma sociedade produtora de mercadorias típico-ideal, simples ou, pior, historicamente existente – como propugnado pela ortodoxia derivada de Engels (1980) e popularizado

apresentação e a maneira como isso se relaciona com as determinações formais da investigação dialética não foram exploradas com a mesma perspicácia.

⁹ Na minha própria leitura, utilizo a abordagem metodológica da crítica da economia política desenvolvida por Iñigo Carrera (1992; 2003).

¹⁰ Sobre as diferenças metodológicas entre a crítica inicial do trabalho alienado nos *Manuscritos de Paris* e sua forma mais desenvolvida em *O capital*, ver Starosta, 2005, caps. 1 e 4.

por autores como Sweezy (1968) e Meek (1973)¹¹. Nas próprias palavras de Marx, a exposição começa com a mercadoria enquanto enquanto “forma celular da economia” na sociedade burguesa (Marx, 1996, p. 130). No entanto, a apresentação de Marx não começa diretamente com as determinações essenciais da forma-mercadoria, mas com a observação imediata de uma mercadoria individual em sua aparência externa¹². Em uma apresentação que se provará “cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” (Marx, 1996, p. 197), Marx mostra que o que determina a mercadoria como uma forma de riqueza social não é apenas o fato de que, como qualquer produto do trabalho, ela possui um valor de uso, mas o fato deste último atuar como portador material de um segundo atributo: o valor de troca. A análise da mercadoria prossegue para revelar que o valor de troca é na verdade a forma de expressão de um conteúdo que se distingue dele: a forma-valor ou o atributo de permutabilidade geral da mercadoria. A substância do valor reside no trabalho abstrato cristalizado na mercadoria, e a grandeza desse valor é, conseqüentemente, determinada pelo tempo de trabalho abstrato socialmente necessário para produzi-la. Essa linha de raciocínio foi alvo de todos os tipos de objeções avançadas pelos diferentes intérpretes de Marx. Como argumento abaixo, essas reservas têm sua origem em uma compreensão inadequada ou atenção insuficiente à distinção crucial entre dois momentos da investigação e apresentação dialética de Marx, a saber, o momento da análise e o momento da síntese. Em particular, penso que a confusão sobre essas questões está na base das amplas críticas à linha argumentativa de Marx sobre as determinações da forma-mercadoria, feitas não apenas por críticos conhecidos como Böhm-Bawerk (1975), mas também por alguns dos discípulos de Marx¹³. Resumidamente, essas objeções em geral postulam que Marx não forneceu em *O capital* uma “prova lógica” adequada de que as

¹¹ Para uma crítica da ortodoxia engelsiana sobre essa questão, ver Arthur (1997; 1998), Robles Báez (2000) e Reichelt (1995).

¹² Para ser preciso, na verdade há uma etapa anterior na apresentação de Marx. Ele começa pela forma como a riqueza social aparece na sociedade capitalista, a saber, uma “imensa coleção de mercadorias” (Marx, 1976a, p. 125), sendo a mercadoria individual sua forma elementar. O desdobramento das determinações por trás dessa aparência não é concluído até o Livro II, onde a unidade do movimento do capital social em si – na forma do circuito do capital-mercadoria – é revelada como pressuposto dessa riqueza social na forma de imensa coleção de mercadorias (Marx, 1978, pp. 174-177).

¹³ Assim, tanto Reuten (1993, p. 107) quanto Arthur (1993, p. 76) veem como justificadas as objeções de Böhm-Bawerk à linha de raciocínio de Marx sobre o trabalho abstrato como substância do valor. Para esses autores, Marx estaria errado não porque enxergava uma conexão interna entre trabalho abstrato e valor, mas porque a fundamentação de seu raciocínio nesse argumento seria problemática de uma perspectiva ‘dialético-sistemática’. Diferentemente de Arthur, que argumenta que a introdução do trabalho abstrato como substância do valor deveria ter sido adiada até o desenvolvimento da forma-capital, Reuten se distancia ainda mais da apresentação de Marx e argumenta contra a determinação do trabalho abstrato como *substância* do valor. Em vez disso, vê o mercado como o agente da transformação do trabalho concreto em trabalho abstrato (Reuten, 1993, p. 105).

mercadorias têm um “algo” em comum, e de que esse “algo” é o trabalho abstrato cristalizado¹⁴.

O primeiro ponto dessa objeção já foi enfaticamente defendido por outros estudiosos, de modo que só vou me referir a ele muito brevemente. A questão se resume à diferença metodológica radical que, como Meikle observa com perspicácia, separa a maneira dialética como Marx aborda a ciência do formalismo e atomismo das concepções burguesas (Meikle, 1985, cap. 3). Claramente baseadas nessas últimas, as objeções de Böhm-Bawerk partiram de um indivíduo que só podia enxergar a ciência como uma “construção lógica”, e não como reprodução no pensamento de “como as coisas são essencialmente” (Meikle, 1985, p. 80). Assim, dado “o característico hiato empirista entre as ‘verdades’ e as entidades quanto às quais elas seriam verdadeiras” (Meikle, 1985, p. 79, tradução nossa), Böhm-Bawerk só foi capaz de ler as páginas iniciais da obra de Marx como um processo abstrato e formal de “demonstração lógica”. A possibilidade de essas páginas revelarem a natureza real e o auto-movimento específico de um conteúdo determinado (a forma-mercadoria do produto do trabalho) – carecendo, porém, de uma dedução formal concomitante desse conteúdo – estava além do campo de visão formalista de Böhm-Bawerk (Kay, 1979, pp. 51-52).

Segundo, e mais importante para os propósitos deste artigo, está em jogo outro aspecto do argumento de Marx já nas primeiras páginas de *O Capital* que não foi suficientemente ou satisfatoriamente explorado pela maioria dos estudiosos: o caráter específico e o significado da diferença entre o momento da análise e o momento da síntese no interior da exposição dialética. Esse duplo movimento da apresentação dialética não é uma estratégia estilística ou retórica arbitrária introduzida por Marx, mas reflete uma

¹⁴ Um relato conciso e de boa qualidade quanto ao ponto crucial dessa crítica pode ser encontrado em Kay (1979, pp. 48-58; conferir também Park, 2003). Especificamente, Böhm-Bawerk objetou que Marx não levou em consideração outras propriedades comuns das mercadorias – por exemplo, utilidade, escassez etc. – como possíveis determinantes do valor de troca (Böhm-Bawerk, 1975, p. 74-75). Nesse sentido, pode ser interessante notar que, no processo de investigação, Marx considerou sim – embora tenha descartado e, portanto, excluído da apresentação – a “utilidade em geral” como possível substância do valor. Isso é evidenciado pelas seguintes observações dos manuscritos preparatórios de 1861-63: "Vimos que o *valor* repousa sobre o fato de que as pessoas se reportam a seus trabalhos reciprocamente como trabalho igual, geral e, dessa forma, social. Isso é uma abstração, como todo pensamento humano, e existem relações sociais entre pessoas somente na medida em que pensam e possuem essa capacidade de abstração da singularidade e da contingência sensíveis. Aquela espécie de economistas que, por essa razão, concebem a determinação do valor pelo tempo de trabalho, porque os trabalhos de 2 indivíduos no mesmo tempo não são *absolutamente iguais* (embora na mesma especialidade), ainda não sabem absolutamente em que relações humanas sociais se diferenciam dos animais. Eles são *beasts* [animais]. Como *beasts*, esses mesmos rapazes não encontram dificuldade em ignorar que 2 valores de uso não são absolutamente iguais entre si (não 2 folhas, *Leibniz*) e ainda menos dificuldade em avaliar valores de uso, que não têm absolutamente qualquer medida entre si, como valores de troca *segundo o grau de sua utilidade*." (Marx, 1988, p. 232).

diferença efetiva que caracteriza a especificidade da investigação dialética. Esta envolve não apenas a identificação das diferentes formas assumidas pelo sujeito, cujas determinações tenta reproduzir no pensamento (isto é, a separação analítica entre as formas sociais de acordo com seu grau relativo de concretude), mas também busca “rastrear sua conexão íntima” (isto é, realizar a descoberta sintética da necessidade real imanente que liga essas diferentes formas) (Marx, 1996, p. 140)¹⁵. Surge daí uma implicação fundamental: a exposição da explicação da necessidade subjacente às relações entre diferentes formas sociais – que equivaleria a uma “prova lógica” na linguagem das abordagens metodológicas formalistas – não pode ser encontrada na análise dialética, mas sim no movimento sintético da exposição. Uma vez que é somente nesse movimento sintético que o desenrolar do movimento real de determinação – e, portanto, a explicação – de fato ocorre, a apresentação dos resultados da investigação dialética pode assim assumir, em princípio, uma forma plenamente sintética (Iñigo Carrera, 2003, p. 279). No entanto, não foi assim que Marx estruturou sua exposição dialética no Volume 1 de *O Capital* (o único que ele próprio editou para publicação); tal exposição tende a incluir, de forma “estilizada”, breves apresentações do processo analítico¹⁶. Como essa estrutura peculiar segundo a qual Marx apresenta as determinações da forma-mercadoria é recorrente ao longo da maior parte do Volume I, e como sua incompreensão causou tantas controvérsias entre críticos e seguidores, talvez valha a pena fornecer mais detalhes sobre esse ponto¹⁷. Em poucas palavras, essa estrutura da apresentação dialética de Marx começa pela aparência concreta imediata da forma social determinada em questão. Por meio de um breve movimento analítico, ela em seguida revela sua determinação interior essencial¹⁸. A exposição então prossegue desdobrando sinteticamente a realização dessa

¹⁵ Aqui, minha abordagem difere da de Murray e Reuten. O primeiro parece simplesmente identificar investigação (o que ele chama de “fenomenologia”) com análise, e síntese com apresentação (Murray, 2000, pp. 36-38). Reuten permite momentos sintéticos no processo de investigação, mas apenas como “esboços provisórios da inseparabilidade dos fenômenos” [*provisional outlines the inseparability of phenomena*] (Reuten, 2000, p. 143). Além disso, embora ele esteja certo ao reconhecer que a apresentação dialética precisa ser fundamentalmente sintética, não explora completamente a possibilidade de o pesquisador dialético que apresenta os resultados da investigação incluir momentos de análise com propósito estético, para destacar a unidade do processo dialético de cognição. Ele meramente menciona essa possibilidade ao discutir o argumento de Banaji sobre o duplo ponto de partida do capítulo 1 de *O capital* (Banaji, 1979, pp. 36-40; Reuten, 2000, p. 158). Mas, como argumento a seguir, essa estratégia de apresentação desempenha um papel central, pelo menos ao longo do Volume I.

¹⁶ Sobre o papel e os prós e contras desse momento analítico na estrutura peculiar da exposição dialética do Livro I de *O capital*, organizada em torno de “nós” expositivos, ver Iñigo Carrera (1992; 2003, p. 285).

¹⁷ Para uma ilustração dessa estrutura de apresentação com referência à transformação de dinheiro em capital, veja Starosta (2005).

¹⁸ Em sua exposição, Marx às vezes inclui caminhos analíticos aparentes (e portanto falhos), revelados como tal por meio de um movimento que leva o leitor de volta ao ponto de partida não-mediado, sem nenhum progresso em direção à descoberta da determinação subjacente específica que define o objeto sob

determinação mais abstrata. Esse momento prossegue até que a potencialidade específica que define a determinação essencial da forma social sob escrutínio – potencialidade cuja realização a exposição está reproduzindo idealmente – nega a si mesma enquanto portadora imediata daquela forma social abstrata, para se afirmar como imediatamente pertencente à forma mais concreta na qual se metamorfoseou. Isso sinaliza o esgotamento do primeiro ‘nó’ da apresentação. Um novo nó é assim inaugurado, agora com a forma mais concreta (cuja gênese foi encontrada no anterior) enquanto sujeito do movimento a ser idealmente reproduzido. No entanto, o novo nó não parte diretamente das determinações internas dessa forma social mais concreta, mas, novamente, de sua manifestação imediata. Um novo movimento analítico precede, portanto, a apresentação de tais determinações internas.

Voltando ao nosso argumento principal sobre os aspectos gerais dessa estrutura formal da apresentação de Marx: como discutimos, é a exposição da síntese dialética que revela o “porquê” [*the why*] das relações reais. O momento analítico apenas separa certa forma social de uma outra, mais abstrata. A primeira carrega, sob a forma de potencialidade imanente própria, a potencialidade realizada da segunda. Nesse sentido, o estágio analítico não está preocupado com o porquê do que é, mas sim com o que é [*the what*]. É claro que, uma vez que a separação das formas sociais de acordo com seu grau relativo de abstração/concretude expressa idealmente a necessidade objetiva (as relações reais) que reside no objeto e não é produto do capricho subjetivo ou imaginação do cientista, a mera referência ao “que é” já implica em alguma sugestão do seu “porquê”. Assim, se a análise dialética revela que a forma-valor é a forma concreta através da qual a objetificação do caráter abstrato do trabalho privado e independente se afirma enquanto forma abstrata, a separação entre as duas formas já nos diz algo sobre a relação real em questão. Mas esse ‘algo’ não é mais, por assim dizer, do que um apontamento ou observação. A efetiva reprodução ideal dessa conexão interna ou relação real – a explicação – ocorre somente no movimento sintético¹⁹.

escrutínio (Iñigo Carrera, 2003, p. 282). O papel expositivo desses movimentos analíticos falhos é principalmente pedagógico; eles servem para enfatizar o caminho analítico correto. Exemplo disso é a consideração de Marx da possibilidade de que as propriedades materiais particulares da mercadoria constituam a forma mais abstrata do atributo de permutabilidade geral (Marx, 1976a, pp. 127-128). Aliás, deve-se notar que esse é o verdadeiro significado do que Böhm-Bawerk erroneamente viu como o ‘método de exclusão’ de Marx, através do qual o mesmo teria fornecido uma ‘prova puramente negativa’ do trabalho abstrato como substância do valor (Böhm-Bawerk, 1975, pp. 68-69).

¹⁹ Em sua *Ciência da Lógica*, Hegel refere-se a essa distinção entre os papéis da análise e da síntese como a diferença entre a apreensão do que é e sua compreensão (Hegel, 1999, pp. 793-794).

Tendo isso em mente, é fácil compreender a principal razão pela qual críticas a Marx que apontam como inadequada sua explicação do trabalho abstrato como substância do valor não se baseia simplesmente em um mal-entendido sobre as particularidades de seu argumento: na realidade, erram completamente o alvo. Em suma, essas críticas buscam a ‘explicação’ no lugar errado: nas páginas em que Marx está apenas apresentando a separação analítica de formas reais, apresentação que compreende as duas primeiras seções do Capítulo 1. Se parece pouco convincente, nessas páginas, a suposta explicação de Marx de por que o trabalho abstrato é a substância do valor, é porque essa explicação simplesmente não está lá. Como veremos, o desdobramento desse “porquê” específico ocorre apenas na seção 3, que discute o valor de troca como forma de manifestação do valor. Antes de nos ocuparmos desse aspecto da apresentação de Marx às determinações da forma-mercadoria, sondemos primeiro mais profundamente a forma especificamente dialética do momento analítico que antecede²⁰.

2 O MOMENTO DA ANÁLISE

Para entender a especificidade do argumento de Marx nas primeiras páginas de *Capital*, é fundamental compreender a diferença entre a forma dialética de análise e a análise realizada segundo os preceitos da lógica formal. Muitos autores destacaram a

²⁰ No que diz respeito especificamente ao Capítulo 1, os debates reconheceram essa estrutura de apresentação bastante cedo, graças a Banaji (1979) e Elson (1979). No entanto, ambos parecem reduzir o conteúdo do momento sintético da apresentação simplesmente à questão de revelar o valor de troca como o modo necessário de expressão do valor, ou seja, à necessidade *formal* da forma-dinheiro. Mas, como argumentamos abaixo, é precisamente no momento sintético que Marx desdobra sinteticamente a necessidade do trabalho privado abstrato como substância do valor. No entanto, nem Elson nem Banaji abordam explicitamente a questão de onde pode ser encontrado o “porquê” do trabalho abstrato como substância do valor. Elson, em particular, parece concordar com Rubin (ver abaixo) que esse “porquê” está de fato na seção 4. Murray (1988, pp. 148-149) enxerga corretamente que a estrutura do Capítulo 1 compreende um ‘duplo movimento’ da forma para o conteúdo e, em seguida, do conteúdo para a forma. Contudo, presumivelmente reduzindo o movimento dialético ao estágio sintético, Murray não enxerga nada de particularmente dialético na *forma* desse primeiro movimento (Murray, 1988, p. 148); daí sua analogia com a redução analítica, por Descartes, do pedaço de cera à matéria primária: busca por um ‘terceiro’ elemento ou elemento comum (Murray, 1988, p. 149). Na verdade, o argumento geral sobre o duplo movimento de análise e síntese na exposição de Marx já havia sido feito por Rubin em seu trabalho seminal sobre a teoria do valor (Rubin, 1972, p. 113). No entanto, seu entendimento da maneira como esses dois momentos estruturam a exposição é, pensamos, incorreto. Em poucas palavras, Rubin considera que a exposição sintética da razão pela qual o produto do trabalho deve assumir a forma de valor está na seção sobre o fetichismo, e não na seção sobre a forma do valor ou valor de troca. Além disso, embora Rubin faça uma distinção entre os momentos analítico e sintético (ou genético, no termo usado por ele) da apresentação, ele também parece restringir a especificidade do argumento dialético a este último (Rubin, 1978, p. 110). Desse modo, negligencia a especificidade da análise dialética *vis-à-vis* à da lógica formal.

distinção entre as abstrações próprias da crítica de Marx à economia política e as da ciência social convencional²¹. No entanto, como aponta Iñigo Carrera (2003, p. 250), a maioria dos autores desconsiderou que a diferença nos respectivos tipos de abstração surge como resultado da própria forma do processo de cognição a partir do qual as abstrações são identificadas. Essa diferença formal não se aplica apenas à fase sintética ou genética, como normalmente se supõe. Crucialmente, diz respeito também ao processo de análise. As teorias baseadas na lógica formal analisam uma forma concreta pela separação entre o que se repete e o que não se repete, de modo a identificar certa característica. Por sua vez, esse atributo comum possibilita a construção mental de uma definição dessa forma concreta como aquela que possui tal ou qual atributo. Em sentido oposto, o pensamento dialético analisa uma forma concreta, em primeiro lugar, encarando-a como corporificação de uma potencialidade qualitativa de transformação. Em segundo lugar, ele apreende essa potencialidade qualitativa como a forma concreta na qual uma forma mais abstrata realiza sua própria potencialidade qualitativa, isto é, sua real necessidade. Assim, a apropriação ideal dialética do universo das diferentes formas reais não procede à identificação do que é característico de certas formas com base no grau de recorrência de certos atributos. Em vez disso, separa analiticamente as diferentes formas pela descoberta, numa forma concreta particular, da potencialidade realizada imanente de uma outra forma real, abstrata em relação à primeira, mas concreta em relação a uma terceira forma, da qual é potencialidade realizada. Portanto, enquanto a análise da lógica formal compreende a determinação geral de formas reais como afirmações imediatas – e portanto entidades auto-subsistentes –, a marca distintiva do processo de análise na investigação dialética é agarrar, no mesmo movimento analítico, tanto a forma concreta sob escrutínio quanto a forma mais abstrata (da qual a forma concreta é o modo de existência desenvolvido). Em outras palavras, o pensamento dialético compreende cada forma como a afirmação, através da autonegação, de uma outra, mais abstrata. Daí o movimento da contradição.

À luz do que discutimos acima, parece-me que nas páginas iniciais do Capítulo 1 Marx não está procurando por uma propriedade comum das mercadorias. Em vez disso, ele está procurando (ou seja, ainda não está desdobrando) a determinação específica que

²¹ A distinção aparece na literatura como distinção entre abstrações reais *versus* generalização mental (Saad-Filho, 2002) ou abstrações empiristas *versus* abstrações determinadas (Gunn, 1992). “Abstrações empiristas” também foram chamadas de ‘abstrações formais’ (Clarke, 1991) ou ‘abstrações gerais’ (Murray, 1988).

define a potencialidade da mercadoria como uma forma histórica de riqueza social. Marx “descobre” essa potencialidade ao voltar-se para o valor de uso da mercadoria individual, que nas sociedades capitalistas atua como portadora deste segundo atributo historicamente específico dos produtos do trabalho, o valor de troca. Isso tem duas implicações. Primeiro, na medida em que é materialmente lastreado pelo valor de uso da mercadoria, esse atributo é intrínseco à própria mercadoria. Segundo, como argumentado acima, Marx não está tentando provar logicamente a existência de uma propriedade comum às mercadorias. A própria mercadoria, em sua imediatez, é que demonstra possuir essa “propriedade comum”, como algo imanente.

Aqui pode surgir um problema, pois Marx não explicita no que consiste esse segundo atributo da mercadoria. Ele apenas o nomeia (como valor de troca) e depois prossegue diretamente para sua análise. Acredito que a razão disso é que o significado desse atributo era evidenciado pelo próprio nome, dado seu uso cotidiano naquele período. O fato de as mercadorias possuírem “valor de troca” significa simplesmente que elas têm a potência da permutabilidade, ou seja, a aptidão de serem transformadas em um valor de uso diferente, sem a mediação de qualquer transformação material em sua existência corporal²². O que vem logo em seguida na exposição de Marx é, por isso, a análise dialética dessa potência social de permutabilidade das mercadorias. Assim, Marx vai em busca da fonte dessa potencialidade específica, intrínseca à mercadoria: a forma mais abstrata que se manifesta sob a forma concreta da potência de permutabilidade.

Como acontece com toda forma real, a primeira coisa que Marx encontra ao se deparar com a permutabilidade da mercadoria é sua manifestação imediata – a proporção na qual “valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie” (Marx, 1996, p. 166). Desse modo, o primeiro passo na análise da permutabilidade é revelar a forma mais abstrata (e portanto, o conteúdo) por trás desse atributo formal específico da mercadoria, e somente assim podemos atravessar a forma concreta sob a qual uma forma abstrata se apresenta. Novamente, esse é o objeto imediato da exposição de Marx nas passagens que se seguem, e não a busca de um “algo comum” ou “terceira coisa”, cuja existência está pressuposta na distinção entre forma e conteúdo²³. Essa

²² Sou grato às discussões com Juan Iñigo Carrera (correspondência pessoal) por essa formulação do caráter fetichista das mercadorias.

²³ Para evitar confusões, vale notar que não estou afirmando que a existência de uma propriedade comum às mercadorias e da equivalência de troca não sejam elementos importantes dos argumentos de Marx. O que quero dizer é que Marx não está procurando uma prova lógica da existência de tal propriedade comum, e tampouco está tentando demonstrar que sua única substância possível é o trabalho abstrato. Ele “encontra” essa propriedade comum imanente (ou melhor, sua manifestação imediata) na mercadoria, e

separação entre forma e conteúdo revela que as diferentes relações de troca particulares que uma mercadoria estabelece com outras mercadorias são na verdade expressões de outra coisa, que é inerente às mercadorias e que lhes confere a idêntica potencialidade qualitativa de permutabilidade geral de acordo com certa grandeza. Uma vez que a forma e o conteúdo do atributo de permutabilidade geral são distinguidos, Marx prossegue com a análise deste conteúdo. Tal análise consiste em separar a forma concreta da permutabilidade geral da forma mais abstrata, cuja necessidade realizada a primeira carrega em si como seu “outro”. Mais uma vez, insistimos que a forma particular assumida por essa análise não é a busca de um elemento comum, mas sim a busca da ação determinada que coloca esse atributo específico existente nas mercadorias. Depois de considerar brevemente e descartar a ação de forças puramente naturais, Marx afirma que tal ação é uma ação humana: a do trabalho produtivo em seu caráter geral, ou trabalho abstrato. As mercadorias possuem o atributo de permutabilidade geral na medida em que são produtos do caráter abstrato do trabalho nelas objetivado.

Há aqui um aspecto complicado na apresentação de Marx, que pode ter contribuído para grande parte da confusão. Embora a esta altura do argumento ele já tenha mostrado que o “algo” comum é a forma da permutabilidade geral, ele não nomeia esse algo antes de separar tal forma do seu conteúdo ou substância material.

O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristalizações dessa substância social comum a todas elas, são elas valores – valores mercantis [*Warenwerte*]. Na própria relação de troca das mercadorias seu valor de troca apareceu-nos como algo totalmente independente de seu valor de uso. Abstraindo-se agora, realmente, o valor de uso dos produtos do trabalho obtém-se seu valor total como há pouco ele foi definido. O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor." (Marx, 1996, p. 168.)

Esse atributo intrínseco da permutabilidade geral que se manifesta no valor de troca, e que é posto pelo caráter abstrato do trabalho, Marx chama de valor. Porém, em oposição às alegações de grande parte da literatura contemporânea sobre a teoria da forma-valor de Marx, penso que a busca (analítica) das determinações específicas da mercadoria não termina com a descoberta do trabalho abstrato como substância do

então procede à sua análise dialética (isto é, à distinção entre o que é forma e o que é conteúdo). Conferir Kicillof e Starosta, a publicar, para uma discussão mais completa sobre por que seu caráter de produtos do trabalho abstrato é a única possibilidade razoável de determinante subjacente ao valor das mercadorias.

valor²⁴. Muito pelo contrário, tal especificidade parece ter escapado por entre os dedos de Marx. Com efeito, embora ele tenha encontrado no valor o atributo específico da mercadoria, quando passa a considerar sua substância, acaba em posse de algo que não possui um caráter especificamente capitalista: “uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida” (Marx, 1996, p. 168). Mas, como ilustra o ‘experimento conceitual’ [*thought experiment*] de Marx sobre Robinson em sua ilha (Marx, 1976a, p. 128), é evidente que, em qualquer forma de sociedade, os seres humanos despendem produtivamente seus poderes corporais, e que o exercício das capacidades humanas tem tanto um caráter concreto (ou particular) quanto um caráter abstrato (ou geral). Além disso, Marx afirma explicitamente que o fetichismo das mercadorias não deriva do aspecto abstrato do trabalho (Marx, 1976a, p. 164). A esta altura do processo analítico, portanto, ainda não se mostrou por que essa materialidade genérica assume a forma social objetificada de valor. Sequer se mostrou, aliás, o que é a forma histórica de trabalho social que é determinada como produtora de valor. Até aqui a exposição apenas mostrou o que é a determinação material daquilo que na sociedade capitalista é socialmente representado como valor. É por isso que Marx prossegue com sua busca analítica pelos determinantes formais contidos na mercadoria e que a ‘estampam’ como mercadoria. Isso leva a análise dialética de Marx a um exame mais detido do trabalho produtor de mercadorias. Como qualquer leitor atento pode notar, o processo analítico prossegue e é apenas na seção sobre

²⁴ Como uma reação à leitura ahistórica, ricardiana, do relato de Marx sobre a forma-valor, o “novo consenso” tende a ver o trabalho abstrato como uma forma social específica e puramente histórica (Arthur, 2001; Bellofiore and Finelli, 1998; De Angelis, 1995; Kay, 1999; Postone, 1996; Reuten, 1993; Saad-Filho, 1997). Para uma elaboração mais aprofundada de nosso argumento contra a historicidade pura do trabalho abstrato através de uma crítica à abordagem de Rubin, confira Kicillof e Starosta, a publicar. Como argumento abaixo, o trabalho abstrato é uma forma material genérica, um “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos” (Marx, 1976a, p. 134). O que é específico da sociedade capitalista é o papel que ele desempenha ao ser determinado como a substância da forma mais abstrata de mediação social objetificada, a saber, o valor. Em um artigo recente, Murray (2000) chega muito perto de reconhecer isso quando faz uma distinção entre trabalho abstrato “fisiológico” [*physiological abstract labor*] e trabalho “praticamente abstrato” [*practically abstract labor*]. Uma discussão adequada da solução de Murray excede o escopo deste artigo. Aqui, eu gostaria apenas de observar que o mérito mais importante de Murray é compreender a importância da materialidade do trabalho abstrato, deixando claro que isso não leva necessariamente a uma perspectiva associal sobre a forma-valor. Assim, sua contribuição recente ao debate fornece uma correção necessária ao que vemos como uma reação formalista exagerada de muitas das teorizações recentes sobre a forma-valor. Veja também a resposta de Reuten a Murray (Reuten, 2000) e a tréplica deste (Murray, 2002). Embora ainda veja o trabalho abstrato como específico ao capital, Robles Báez oferece aquela que é provavelmente uma das melhores abordagens ao movimento da contradição entre a materialidade fisiológica genérica do trabalho abstrato e sua determinação social e historicamente específica como substância do valor, derivada do caráter privado do trabalho no capitalismo (Robles Báez, 2004).

o duplo caráter do trabalho que Marx finalmente encontra a forma historicamente específica do trabalho social produtor de mercadorias e, portanto, de valor.

De fato, Marx observa que a mercadoria individual sob análise é apenas uma dentre muitas, em um universo de diversas mercadorias. Mas o mesmo se aplica aos trabalhos particulares subjacentes aos variados valores de uso que assumem a forma de mercadoria. Em outras palavras, Marx ressalta que a produção generalizada de mercadorias pressupõe a existência de uma divisão social do trabalho ampliada, e que esta última, como a totalidade das diversas alocações de trabalho útil, é uma necessidade eterna da natureza no que diz respeito à mediação do intercâmbio material entre homem e natureza (isto é, a vida humana) (Marx, 1976b, p. 12). Por outro lado, essa análise também deixa claro que a relação inversa não se sustenta, ou seja, a divisão do trabalho não precisa necessariamente assumir a forma social da produção de mercadorias. A determinação formal da mercadoria deve, portanto, surgir da forma social específica adotada pela organização da divisão do trabalho em nossa sociedade atual. Marx finalmente conclui que a mercadoria é a objetificação de “produtos de trabalhos privados autônomos e independentes entre si [que] confrontam-se como mercadorias” (Marx, 1996, p. 171). Em outras palavras, é produto “de trabalhos privados, exercidos independentemente uns dos outros” (Marx, 1996, p. 199), ou trabalhos privados e independentes (doravante trabalhos privados), constituindo a forma especificamente capitalista de trabalho. Nesta forma social específica do processo de reprodução da vida, o produtor tem plena e consciente capacidade produtiva de controlar o caráter individual de seu trabalho. Não é capaz, porém, de reconhecer e organizar (isto é, permanece inconsciente sobre) as determinações sociais da individualidade humana. Daí a inversão desses poderes sociais em um atributo do produto do trabalho, a saber, a forma-valor. O processo analítico conclui a busca pelas determinações específicas da forma-valor ao revelar que o atributo de permutabilidade geral da mercadoria emerge do caráter abstrato ou geral do trabalho privado nela materializado. A mercadoria, então, passa a ser conhecida por sua determinação essencial enquanto forma geral materializada da relação social entre produtores privados e independentes.

3 O MOMENTO DA SÍNTESE

Somente neste ponto dá-se início ao momento sintético da apresentação. Isso consiste em acompanhar idealmente a realização da potencialidade imanente descoberta na mercadoria. Daí em diante, a mercadoria deixa de ser apreendida em sua exterioridade como uma forma social “inerte” – puro objeto externo – e a exposição começa a seguir seu movimento interno como sujeito do desenvolvimento, em formas cada vez mais concretas, das determinações previamente descobertas pela análise (Iñigo Carrera, 2003, p. 283)²⁵. Isso é sutilmente indicado por Marx ao final de sua discussão sobre as determinações qualitativas da forma relativa de valor.

Vê-se, tudo que nos disse antes a análise do valor das mercadorias, diz-nos o linho logo que entra em relação com outra mercadoria, o casaco. Só que ele revela seu pensamento em sua linguagem exclusiva, a linguagem das mercadorias. Para dizer que o seu próprio valor foi gerado pelo trabalho em sua abstrata propriedade de trabalho humano, ele diz que o casaco, na medida em que ele lhe equivale, portanto é valor, compõe-se do mesmo trabalho que o linho. Para dizer que a sua sublime objetividade de valor é distinta de seu corpo entretelado, ele diz que o valor se parece com um casaco e que, portanto, ele mesmo, como coisa de valor [*Wertding*], iguala-se ao casaco, como um ovo ao outro (Marx, 1996, p. 180).

O desenrolar desse movimento, narrado segundo a “linguagem das mercadorias” é exatamente no que consiste o momento sintético subsequente da apresentação. Sendo o valor uma potência puramente social da mercadoria, não pode ser imediatamente expresso em sua materialidade corporal sensível. Como no caso da capacidade da mercadoria de ser trocada por mercadorias diferentes, o valor só pode ser manifestado na relação social de troca entre mercadorias. Portanto, o valor de uma mercadoria se expressa necessariamente apenas no valor de uso da mercadoria equivalente, com a qual ela se troca. Dessa maneira, o valor assume a forma concreta do valor de troca como sua aparência necessária. Na sua forma mais desenvolvida, o valor adquire existência independente como dinheiro, e a expressão de valor na mercadoria particular que funciona

²⁵ Em um artigo recente, Arthur (2004, pp. 41-42) também reconhece esse importante aspecto da apresentação de Marx. No entanto, ele ainda sustenta que Marx não forneceu no Capítulo 1 uma explicação adequada para a determinação do trabalho abstrato como substância do valor, e que deveria ter deixado a introdução do trabalho abstrato para o momento de abstração da forma-capital (Arthur, 2005, p. 119). A limitação dessa perspectiva – também compartilhada por Lapavitsas (2005) – é que ela leva a uma compreensão formalista da forma-valor, obscurecendo a própria questão que esta, de maneira ainda reificada, pretende resolver: o estabelecimento da unidade material do trabalho social quando este assume a forma de trabalho privado (Brown, 2004). Essa separação idiossincrática da forma-valor de sua substância no nível da forma-mercadoria já havia sido proposta por Itoh (1988). Conferir Clarke (1989), para uma crítica da separação radical de Itoh entre teoria da forma-valor e teoria da substância do valor.

como dinheiro é determinada enquanto preço. A oposição inerente à mercadoria é assim externalizada através da duplicação da forma-mercadoria em mercadorias comuns e dinheiro. A potência da permutabilidade direta de mercadorias nega a si mesma para se afirmar como um poder social monopolizado pela forma-dinheiro.

Do ponto de vista de seu conteúdo qualitativo, é no decurso do movimento sintético desse desenvolvimento que são esclarecidos os “porquês” que o momento analítico era incapaz de esclarecer. Em outras palavras, é o desenvolvimento da expressão de valor que se desdobra numa explicação de por que a objetificação do caráter abstrato do trabalho realizado de forma privada assume a forma social de valor ou, colocado de outra forma, por que o trabalho privado produz valor.

Em suma, a questão é que somente a expressão de valor progressivamente nos revela o problema que a forma-mercadoria do produto do trabalho pretende resolver. Referimo-nos ao problema da mediação para o estabelecimento da unidade do trabalho social, quando esse trabalho é realizado de maneira privada e autônoma. Uma vez que essa unidade se condensa na forma-dinheiro, é o desdobramento de suas determinações, sintetizadas nas peculiaridades da forma-equivalente e derivadas de sua determinação geral como forma da permutabilidade imediata, que fornece a resposta à pergunta de por que o trabalho privado deve produzir valor.

Enquanto outro lado dessa descoberta analítica em duas etapas, a reprodução ideal sintética das determinações da forma-valor compreende dois aspectos, cada um correspondendo respectivamente à segunda e terceira peculiaridades da forma-equivalente. O primeiro – no qual o trabalho concreto que produz uma mercadoria específica para atuar como equivalente geral se torna a forma de manifestação do caráter geral do trabalho humano – mostra, precisamente, por que esse dispêndio material de força de trabalho deve atuar como a forma social do trabalho, ou seja, por que o caráter abstrato do trabalho é a substância do valor. O segundo – no qual o trabalho privado que produz a mercadoria equivalente se torna a corporificação imediata do trabalho diretamente social – por sua vez torna evidente por que, afinal de contas, o trabalho privado deve produzir valor.

Com efeito, através da expressão geral do valor, todas as mercadorias relacionam-se umas com as outras como possuidoras de uma essência social idêntica, enquanto coisas que se tornam permutáveis quando adquirem a mesma grandeza. Em outras palavras, embora de forma mediada, na qual a forma social do valor é refletida como o atributo imediato do equivalente geral, a relação social de permutabilidade geral é que realiza a

unidade das mercadorias. Mas, como valores só podem ser valores enquanto expressões da mesma substância social comum, isto é, trabalho abstrato, a unidade da expressão do valor nos coloca diante da unidade do trabalho humano indiferenciado. Ao determinar o trabalho concreto que produziu o equivalente como o modo imediato de manifestação do trabalho humano abstrato, agora a própria relação social entre as mercadorias deixa claro que os diferentes trabalhos concretos que as produziram são apenas maneiras diferentes pelas quais a força de trabalho total da sociedade foi despendida. Esses diferentes trabalhos úteis agora mostram sua verdadeira face: diferenciações do dispêndio da força de trabalho humana ou modos determinados segundo os quais as capacidades do corpo humano foram exercidas produtivamente. Assim, de maneira ‘indireta’, como Marx coloca, o desenvolvimento do valor de troca nos confronta com o problema geral que qualquer sociedade deve enfrentar, a saber, a regulação social da diferenciação do trabalho humano, que é capaz de receber toda e qualquer determinação, mas que em si e por si mesmo é indeterminado (Marx, 1976b, p. 20), mesmo sendo necessário para a reprodução da vida humana. A exposição da análise dialética da mercadoria já havia revelado que uma sociedade produtora de mercadorias pressupõe a divisão ampliada do trabalho. Agora podemos ver que a própria relação social materializada – a forma-valor – se afirma como a mediadora da articulação dessa divisão do trabalho, estabelecendo a relação entre diferentes trabalhos como ramificações orgânicas do trabalho humano em geral.

Como valores, as mercadorias são expressões da mesma unidade, a do trabalho humano abstrato. Na forma de valores de troca, elas aparecem umas para as outras como valores e se relacionam entre si como valores. Assim, elas se relacionam, ao mesmo tempo, com o trabalho abstrato enquanto sua substância social comum. Sua relação social consiste exclusivamente em serem consideradas uma quanto a outra como expressões dessa sua substância social comum, que difere apenas quantitativamente, mas que é qualitativamente igual e, portanto, substituível e intercambiável entre elas (...) [Essa substância comum] é apenas algo que pode transformar meros objetos de uso em mercadorias, enquanto tal inseridas num relacionamento social. Mas o valor é precisamente isto. A forma pela qual as mercadorias consideram umas às outras como valores – como coagulações do trabalho humano – é, conseqüentemente, sua forma social (Marx, 1976b, pp. 28-29, tradução nossa).

A necessidade do trabalho abstrato como substância do valor é, assim, finalmente desdobrada. O trabalho abstrato é a substância do valor não porque um argumento lógico

afirme que esse trabalho é uma propriedade comum das mercadorias, que procurávamos em nome de nossa aderência aos bons princípios lógicos. Determina-se como substância do valor, porque, na realidade, o valor é a forma social objetificada que medeia a organização desse dispêndio puramente material do corpo humano em suas diferentes formas sociais concretas. Se é isso o que a forma-valor medeia, o que mais essa forma objetificada poderia representar? Por outro lado, o trabalho abstrato não deixa de ser uma forma material genérica, dada a sua determinação como substância do valor. Portanto, como declaramos acima, a determinação do trabalho como trabalho abstrato não é a razão por trás de sua existência como produtor de valor. O que há de específico na sociedade capitalista é que nela essa forma puramente material se nega enquanto simplesmente tal para se afirmar como produtora da (objetificada) relação social geral (Iñigo Carrera, 2003, p. 301). Uma vez objetivada, a materialidade genérica do caráter abstrato do trabalho desempenha um papel social particular no processo de metabolismo social, sendo representada como objetividade social do valor.

A forma social das mercadorias é sua relação enquanto produtos de trabalho igual; daí – como a igualdade de trabalhos *toto coelo* [extremamente] diferentes só pode ser a abstração de sua desigualdade – sua relação uns com os outros como trabalho humano em geral: dispêndios de força de trabalho humana, como são de fato todos os trabalhos humanos (qualquer que seja seu conteúdo ou modo de operação). Em cada forma social de trabalho, os trabalhos de diferentes indivíduos também se relacionam como trabalhos humanos, mas, neste caso, esse relacionamento em si é a forma especificamente social dos trabalhos" (Marx, 1976b, p. 32, tradução nossa).

Para recapitular, até agora discutimos como o desenvolvimento da expressão de valor e, em particular, o desdobramento das determinações da segunda peculiaridade da forma-equivalente, contém o relato de como o trabalho abstrato se torna substância do valor. O que ainda precisa ser respondido é por que o trabalho abstrato é a substância do valor. Em outras palavras, temos que entender por que a atividade produtiva humana se determina, na sociedade capitalista, como produtora de valor, o segundo passo no movimento sintético mencionado acima.

Do mesmo modo que a terceira peculiaridade do equivalente surge imediatamente da segunda, a resposta a esta pergunta também surge da anterior. Com efeito, enquanto corporificação social do trabalho humano em geral, o trabalho concreto que produz o equivalente adquire a forma de igualdade imediata em relação aos outros trabalhos concretos úteis. Nesta forma de identidade imediata com todos os outros trabalhos

concretos, o trabalho que se materializa no equivalente geral se manifesta como imediatamente social, enquanto os trabalhos úteis que produzem o restante das mercadorias não podem manifestar imediatamente esse caráter social. Assim, a expressão de valor em forma de valor de troca coloca diante de nós por que a organização da divisão do trabalho deve necessariamente ser mediada sob essa forma reificada ou, no mesmo sentido, por que o trabalho que produz mercadorias é essencialmente trabalho produtor de valor. Embora os trabalhos privados sejam materialmente dependentes uns dos outros enquanto parte do sistema primordial da divisão do trabalho, seu caráter irredutivelmente social não se manifesta no momento imediato em que eles são efetivamente objetivados no processo de produção direto. Portanto, essa necessária articulação social dos trabalhos privados é realizada através da mediação da troca dos produtos do trabalho privado como mercadorias. Somente nesse momento é revelado se o dispêndio da parte do trabalho social que cada produtor personifica é socialmente útil. Esta é a razão pela qual o caráter social das atividades produtivas individuais executadas privadamente é representado especificamente como um atributo objetivo determinado dos produtos do trabalho: a forma de sua permutabilidade geral ou sua forma-valor. A base dessa mediação social reificada reside, portanto, no fato de que a unidade do trabalho social se manifesta, como Marx observa nos *Grundrisse*, apenas *post festum*, por meio da troca dos produtos do trabalho (Marx, 2011, p. 177). Além disso, a unidade do trabalho social passa a se representar socialmente na forma do produto privado específico que o restante das mercadorias entende como seu equivalente geral, e que eventualmente se ossifica em forma-dinheiro. Ao traçar a gênese desta última através da reprodução ideal da expressão do valor, o momento sintético da exposição dialética desdobra positivamente as determinações daquilo que o processo analítico só foi capaz de indicar: que a forma-valor do produto do trabalho é a relação social materializada dos seres humanos e, portanto, o sujeito social da forma do processo social de produção da vida humana²⁶.

4 CONCLUSÃO

²⁶ Assim, é válido dizer que o fetichismo da mercadoria pode ser entendido como formal na medida em que se refere apenas à forma do processo de metabolismo social, de modo que a produção de valores de uso e, portanto, da vida humana, continua sendo seu conteúdo. No nível da forma-capital, o fetichismo se torna substantivo porque se refere não apenas à forma do processo da vida humana, mas também ao seu conteúdo. Enquanto atributo do capital, o conteúdo alienado da reprodução social torna-se determinado como produção de mais-valor, fazendo da produção de valores de uso e, portanto, da própria vida humana resultados inconscientes de seu movimento autonomizado.

Neste artigo, tentei contribuir para a crescente literatura sobre a estrutura dialética da crítica de Marx à economia política, trazendo à tona aspectos frequentemente negligenciados do argumento por ele traçado no Capítulo 1 de *O Capital*. Primeiro, enfatizei brevemente a distinção entre a visão de Marx da ciência como a “reprodução ideal da vida da matéria” e o formalismo que caracteriza as abordagens metodológicas convencionais, estabelecendo a natureza precisa da discussão de Marx sobre o trabalho abstrato como substância de valor, o que, como argumentei, não envolve um processo puramente dedutivo de prova lógica.

Segundo, o artigo destacou os respectivos papéis e significado dos momentos de análise e síntese na apresentação dialética e, além disso, abordou a questão da forma específica do processo analítico no método dialético. Acredito que esse último ponto em particular não tenha sido suficientemente abordado na literatura especializada. Ainda assim, espero ter demonstrado que é essencial compreender por que muitas das objeções aos passos iniciais do argumento de Marx são simplesmente equivocadas e baseadas em uma leitura que vê o movimento analítico que se desdobra nessas páginas através das lentes das metodologias lógico-formais. Essas ideias metodológicas gerais foram utilizadas para esclarecer onde se encontra, no Capítulo 1 de *O Capital*, o desdobramento da explicação das determinações do trabalho abstrato realizado privadamente enquanto substância do valor. Isso não está nas duas primeiras seções do Capítulo 1, como muitos críticos de Marx tendem a supor. Mas também não está na seção quatro, sobre o fetichismo de mercadorias, como muitos marxistas (talvez influenciados por Rubin) costumam pensar. Como discutido neste artigo, o desdobramento sintético de por que o caráter abstrato do trabalho privado constitui a substância do valor pode ser encontrado na seção 3, onde Marx apresenta o desenvolvimento formal da expressão do valor na forma-dinheiro.

Em suma, podemos agora compreender que as “sutilezas” dialéticas envolvidas na descoberta das determinações da forma-mercadoria têm implicações teóricas de longo alcance para a compreensão dos passos iniciais da crítica à economia política.

REFERÊNCIAS

Albritton, Robert; Simoulidis, John. *New Dialectics and Political Economy*. Basingstoke, England: Palgrave Macmillan, 2003.

Arthur, Christopher J. "Hegel's Logic and Marx's Capital". In: Moseley, Fred. *Marx's Method in Capital: A Reexamination*. Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press, 1993.

_____. "Against the Logical-Historical Method: Dialectical Derivation versus Linear Logic." In: Moseley, Fred; Campbell, Martha. *New Investigations of Marx's Method*. Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press, 1997.

_____. "Engels, Logic and History." In: Bellofiore, Riccardo (ed.). *Marxian Economics. A Reappraisal. Volume 1: Essays on Volume III of Capital. Method, Value and Money*. Basingstoke, England: Macmillan, 1998.

_____. "Value, Labour and Negativity." *Capital and Class*, 73 (Spring), 15-39, 2001.

_____. *The New Dialectic and Marx's Capital*. Lieden, The Netherlands: Brill Academic Publishers, 2002.

_____. "Money and the Form of Value." In: Bellofiore, Riccardo; Taylor, Nicola (eds.). *The Constitution of Capital. Essays on Volume I of Marx's Capital*. Basingstoke, England: Palgrave Macmillan, 2004.

_____. "Value and Money." In: Moseley, Fred (ed.). *Marx's Theory of Money: Modern Appraisals*. Basingstoke, England: Palgrave Macmillan, 2005.

Banaji, Jairus. "From the Commodity to Capital: Hegel's Dialectic in Marx's Capital." In: Elson, Diane (ed.). *Value. The Representation of Labour in Capitalism*. London: CSE Books, 1979.

Bellofiore, Riccardo (ed.). *Marxian Economics. A Reappraisal. Volume 1: Essays on Volume III of Capital. Method, Value and Money*. Basingstoke, England: Macmillan, 1998.

Bellofiore, Riccardo; Finelli, Roberto. "Capital, Labour and Time: The Marxian Monetary Theory of Value as a Theory of Exploitation." In: Bellofiore, Riccardo (ed.). *Marxian Economics. A Reappraisal. Volume 1: Essays on Volume III of Capital. Method, Value and Money*. Basingstoke, England: Macmillan, 1998.

Bohm-Bawerk, Eugene von. *Karl Marx and the Close of His System*. London: Merlin Press, 1975.

Brown, Andrew. "The Labour Theory of Value: Materialist Versus Idealist Interpretations." Unpublished Manuscript, 2004.

Brown, Andrew, Gary Slater, and David A. Spencer. "Driven to Abstraction? Critical Realism and the Search for the 'Inner Connection' of Social Phenomena." *Cambridge Journal of Economics*, 26:6, 773-788, 2002.

Clarke, Simon. "The Basic Theory of Capitalism: A Critical Review of Itoh and the Uno School." *Capital and Class*, 37 (Spring), 133-149, 1989.

_____. *Marx, Marginalism and Modern Sociology*. Basingstoke, England: Macmillan, 1991.

_____. *Marx's Theory of Crisis*. New York: St. Martin's, 1994.

De Angelis, Massimo. "Beyond the Technological and Social Paradigms: A political Reading of Abstract Labour as the Substance of Value." *Capital and Class*, 57 (Autumn), 107-134, 1995.

Dimoulis, Dimitri; Milios, John. "Commodity Fetishism vs. Capital Fetishism: Marxist Interpretations Vis-à-Vis Marx's Analyses in Capital." *Historical Materialism*, 12:3, 3-42, 2004.

Elson, Diane (ed.) *Value*. The Representation of Labour in Capitalism. London: CSE Books, 1979a.

Elson, Diane. "The Value Theory of Labour." In: Elson, Diane (ed.) *Value*. The Representation of Labour in Capitalism. London: CSE Books, 1979b.

Engels, Friedrich. "La Contribución a la Crítica de la Economía Política de Karl Marx." In: Marx, Karl. *Contribución a la Crítica de la Economía Política*. Mexico City, Mexico: Siglo XXI, 1980.

Gunn, Richard. "Against Historical Materialism: Marxism as a First-Order Discourse." In: Bonefeld, Werner; Gunn, Richard; Psychopedis, Kosmas (eds.). *Open Marxism*. Volume II: *Theory and Practice*. London: Pluto Press, 1992.

Hegel, Georg Wilhelm Friedrich. *Hegel's Science of Logic*. Amherst, New York: Humanity Books, 1999.

Iñigo Carrera, Juan. *El Conocimiento Dialéctico*. Buenos Aires, Argentina: Centro para la Investigación como Crítica Práctica, 1992.

_____. *El Capital: Razón Histórica, Sujeto Revolucionario y Conciencia*. Buenos Aires, Argentina: Ediciones Cooperativas, 2003.

Itoh, Makoto. *The Basic Theory of Capitalism: The Forms and Substance of the Capitalist Economy*. Basingstoke, England: Macmillan, 1988.

Kay, Geoffrey. "Why Labour is the Starting Point of Capital." Elson, Diane (ed.) *Value. The Representation of Labour in Capitalism*. London: CSE Books, 1979.

_____. "Abstract Labour and Capital." *Historical Materialism*, 5 (Winter), 255-279, 1999.

Kicillof, Axel; Starosta, Guido Starosta. "On Materiality and Social Form: A Political Critique of Rubin's Circulationist Value-Form Theory." *Historical Materialism*. (a publicar).

Lapavistas, Costas. "The Universal Equivalent as Monopoly of the Ability to Buy." In: Moseley, Fred (ed.). *Marx's Theory of Money. Modern Appraisals*. Basingstoke, England: Palgrave Macmillan, 2005.

Marx, Karl. "Notes on Adolf Wagner." In: Carver, Terrel (ed.). *Karl Marx: Texts on Method*. Oxford, England: Basil Blackwell, 1975.

_____. *Capital*, Volume I. Harmondsworth, England: Penguin, 1976a.

_____. *Value: Studies by Marx*. London: New Park Publications, 1976b.

_____. *Capital*, Volume II. Harmondsworth, England: Penguin, 1978.

_____. "Economic Manuscripts 1861-63." *Karl Marx and Frederick Engels Collected Works*, Volume 30. London: Lawrence and Wishart, 1988.

_____. *Grundrisse. Foundations of the Critique of Political Economy*. Harmondsworth, England: Penguin, 1993.

_____. 1996. *O capital: crítica da economia política*. Trad. Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural.

_____. 2011. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo [versão digital/ebook, com paginação produzida na conversão para PDF].

Meek, Ronald. *Studies in the Labour Theory of Value*. London: Lawrence and Wishart, 1973.

Meikle, Scott. *Essentialism in the Thought of Karl Marx*. La Salle, Illinois: Open Court, 1985.

Moseley, Fred (ed.). *Marx's Method in Capital: A Reexamination*. Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press, 1993.

Moseley, Fred; Campbell, Martha (eds.). *New Investigations of Marx's Method*. Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press, 1997.

Murray, Patrick. *Marx's Theory of Scientific Knowledge*. Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press, 1988.

_____. "Marx's 'Truly Social' Labour Theory of Value." Part I: "Abstract Labour in Marxian Value Theory." *Historical Materialism*, 6 (Summer), 27-65, 2000.

_____. "Reply to Geert Reuten." *Historical Materialism*, 10:1, 155-176, 2002.

Park, Cheol-Soo. "On Replacing Labor as the Substance of Value: Early and Recent Arguments." *Science & Society*, 67:2, 160-172, 2003.

Postone, Moishe. *Time, Labor and Social Domination*. Cambridge, England: Cambridge University Press, 1996.

Reichelt, Helmut. "Why did Marx Conceal his Dialectical Method?" In: Bonefeld, Werner; Gunn, Richard; Holloway, John; Psychopedis, Kosmas (eds.). *Open Marxism*. Volume 3: *Emancipating Marx*. London: Pluto Press, 1995.

Reuten, Geert. "The Difficult Labor of a Theory of Social Value, Metaphors and Systematic Dialectics at the Beginning of Marx's 'Capital'." In: Moseley, Fred (ed.). *Marx's Method in Capital: A Reexamination*. Atlantic Highlands, New Jersey: Humanities Press, 1993.

_____. "The Interconnection Between Systematic Dialectics and Historical Materialism." *Historical Materialism*, 7 (Winter), 137-166, 2000.

Robles Báez, Mario L. 2000. "La Influencia del Método 'Lógico-Histórico' de Engels en las Interpretaciones Sobre el Objeto de la Sección Primera del Tomo I de El Capital de Marx: Crítica y Propuesta." Paper presented at International Working Group in Value Theory mini-conference, Eastern Economic Association, Crystal City, Washington, D.C., 2000.

_____. "On the Abstraction of Labour as a Social Determination." In: Freeman, Alan; Kliman, Andrew; Wells, Julian (eds.). *The New Value Controversy and the Foundations of Economics*. Aldershot, England: Edward Elgar, 2004.

Rubin, Isaak Illich. *Essays on Marx's Theory of Value*. Detroit, Michigan: Black and Red, 1972.

_____. "Abstract Labour and Value in Marx's System." *Capital and Class*, 5 (Summer), 107-139, 1978.

Saad-Filho, Alfredo. "Concrete and Abstract Labour in Marx's Theory of Value." *Review of Political Economy*, 9:4, 457-477, 1997.

_____. *The Value of Marx*. Political Economy for Contemporary Capitalism. London: Routledge, 2002.

Shortall, Felton. *The Incomplete Marx*. Aldershot, England: Avebury, 1994.

Smith, Tony. *The Logic of Marx's Capital*. Replies to Hegelian Criticisms. Albany, New York: SUNY Press, 1990.

Starosta, Guido. 2003. "Scientific Knowledge and Political Action: On the Antinomies of Lukács' Thought in History and Class Consciousness." Science & Society, 67:1 (Spring), 39-67.

_____. *Science as Practical Criticism*. Unpublished PhD thesis. Department of Sociology, University of Warwick, Coventry, 2005.

Sweezy, Paul. *The Theory of Capitalist Development*. New York: Monthly Review Press, 1968.

Zelený, Jindrich. *The Logic of Marx*. Oxford, England: Basil Blackwell, 1980.